DEPUTADO FEDERAL SILAS BRASILEIRO

FÉ E ESPERANÇA DE UM BRASIL MELHOR

Ano 1 - Edição 3 Ano 2016

Deputado Silas Brasileiro integra Comissão Mista que discutirá as propostas da Medida Provisória 701/2015. Página - 02

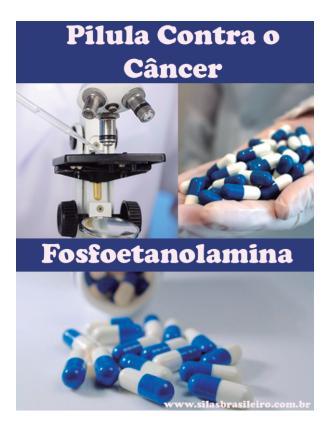
"Prêmio Brasil Mais Inclusão".

Página - 03

Recursos Liberados

Página - 04

Uso de substância contra o câncer é aprovado pela Câmara dos Deputados



Foi aprovado, no Plenário da Câmara dos Deputados, nesta terça-feira (8), o Projeto de Lei 4.639/16, que autoriza a produção e o uso imediato da substancia fosfoetanolamina sintética aos pacientes com câncer, mesmo antes da autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Definida como de relevância pública, a produção, distribuição, prescrição e uso da substancia contra o câncer, de acordo com a proposta, poderá ocorrer, inclusive, sem

registro sanitário.

A fosfoetanolamina imita um composto que existe no organismo, o qual sinaliza as células cancerosas para que o sistema imunológico as reconheça e as remova. Os resultados podem variar de acordo com o sistema imunológico de cada paciente, mas há vários relatos de casos de redução dos sintomas da doença e até mesmo de cura.

De acordo com o PL, os pacientes diagnosticados com câncer, desde que assinem termo de consentimento e responsabilidade, poderão fazer uso da substância por livre escolha. A escolha pelo uso voluntário da fosfoetanolamina sintética não elimina o direito de acesso a outras modalidades terapêuticas.

O Deputado Silas Brasileiro considerou como sendo extraordinária a aprovação da medida e, ressaltando a sua extremada preocupação na luta contra o câncer, comentou: "Este projeto traz uma nova esperança, um novo caminho para a sociedade brasileira, especialmente, para aqueles que enfrentam o sofrido e doloroso tratamento contra o câncer. Agora, precisamos trabalhar para garantir o imediato acesso da população a esta nova substancia, de preferência, de forma pública e gratuita."

A matéria ainda precisará ser analisada pelo Senado.



Deputado Silas Brasileiro integra Comissão Mista que discutirá as propostas da Medida Provisória 701/2015.

No último dia 24, no Plenário 6 do Senado Federal, foi instalada a Comissão Especial Mista que irá debater as modificações propostas pelo Poder Executivo, por meio da MP 701/2015, que dispõem sobre o Seguro de Crédito à Exportação, sobre o Fundo de Garantia à Exportação, sobre a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF e sobre o Decreto-Lei que dispõem sobre a moeda de pagamento de obrigações exequíveis no Brasil.

Na oportunidade foram eleitos como Presidente e Vice-Presidente, o Deputado Sérgio Souza e a Senadora Gleisi Hoffmann, respectivamente. Também foram designados como Relator o Senador Douglas Cintra e como Relator-Revisor o Deputado Carlos Zarttini. Em linhas gerais, a MP visa ampliar o rol de agentes que poderão oferecer o seguro destinado à venda de produtos brasileiros no exterior, retirando a exclusividade do BNDES. Esta nova proposta visa, especialmente, garantir o compartilhamento de risco com outras instituições, contribuindo para a abertura de mercados.

Para o Deputado Silas Brasileiro, o momento é apropriado para discussão da medida, uma vez que a alta do dólar favorece muito as exportações.

Se for aprovada pela comissão mista, a MP segue para votação nos plenários da Câmara e do Senado.

Câmara aprovou a PEC que altera regras de pagamento de precatórios

Em dezembro/2015, o Plenário da Câmara aprovou, em segundo turno, a PEC n.º 74/15, que muda o regime especial de pagamento de precatórios para viabilizar sua quitação por parte de estados, do Distrito Federal e municípios.

Segundo o texto, os precatórios a cargo de



Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pendentes até 25 de março de 2015 e, ainda,

aqueles a vencer até 31 de dezembro de 2020, poderão ser pagos até 2020, dentro de um regime especial que permite o aporte de recursos limitados a 1/12 da receita corrente líquida.

Durante esse prazo de cinco anos, pelo menos 50% dos recursos destinados aos precatórios deverão ser direcionados para o pagamento dessas dívidas, em ordem cronológica de apresentação.

Terão direito de preferência os relacionados a créditos alimentares, quando os beneficiários tiverem 60 anos ou mais, forem portadores de doença grave ou pessoas com deficiência. Entretanto, o valor será limitado a três vezes o da requisição de pequeno valor (débito dos governos pago diretamente sem precatório).

O Deputado Silas Brasileiro, que foi membro da Comissão Especial que discutiu exaustivamente o assunto na Câmara Federal, comemorou a aprovação da PEC, por considerar que "o texto aprovado possibilitará não só o planejamento, mas o efetivo pagamento dos precatórios, num prazo razoável, de forma a garantir os direitos adquiridos dos cidadãos brasileiros e dando aos que mais necessitam, especialmente aos idosos, o direito de preferência ao recebimento dos valores devidos pelos Poder Público."

A proposta ainda deverá ser analisada pelo Senado Federal, antes de ser levada à sanção

DESTAQUES DE DEZEMBRO/15 E JANEIRO/16

"Prêmio Brasil Mais Inclusão".

No dia 03 de dezembro, em uma solenidade realizada pela Segunda Secretaria da Câmara dos Deputados, aconteceu a premiação dos indicados para o "Prêmio Brasil Mais Inclusão".

Na categoria "Personalidade e Entes Federados", o mineiro David Pena Ramos César, indicado e apoiado pelo Deputado Silas Brasileiro, recebeu o 1º lugar, depois de uma apertada votação ocorrida na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência em parceria com a referida Secretaria.

O Deputado Silas Brasileiro comemorou com alegria o resultado da premiação, ressaltando a extraordinária história de vida e de luta de David que, mesmo diante de todas as suas limitações físicas,



desenvolve com brilhantismo inúmeras ações de inclusão de pessoas com deficiência, levando à sociedade, por meio de palestras motivacionais, valores básicos de igualdade de tratamento e oportunidade, de justiça social, de bem-estar e de respeito à dignidade humana.



A premiação ocorreu no mesmo dia em que se comemora o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, por esta razão, o Deputado Silas comentou "Parabenizo a todos com o desejo de que, neste dia em que comemoramos o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, a inclusão social e a igualdade de direitos para as pessoas com deficiência deixem de ser um desejo para o futuro e passem a ser, cada vez mais, a realidade do presente."

Deputado Silas Brasileiro participou de Audiência Pública para debater proposta sobre o sistema nacional de crédito cooperativo.



O Projeto de Lei Complementar (PLP) 100/2011, de autoria do Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG), que possibilita que as disponibilidades de caixa dos municípios possam ser depositadas em cooperativas de crédito, foi tema de audiência pública realizada (17/11) pela Comissão de Finanças e Tributação da (CFT) da Câmara dos Deputados.

O debate que foi realizado por requerimento do Deputado Evair de Melo (PV/ES), contou com a presença de diversos parlamentares, além de representantes do Sistema OCB, do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e do Departamento de Regulação Financeira do Banco Central do Brasil.

O Deputado Silas Brasileiro — Presidente de Honra da Frente Parlamentar do

Cooperativismo/Frencoop, ressaltou que "a participação das cooperativas de crédito no desenvolvimento do País é inquestionável. Com elas, os pequenos produtores passaram a ter acesso ao crédito de uma forma mais simplificada e direta. Para nós, a proposta do PLP de permitir que as cooperativas de crédito possam captar depósitos com municípios com disponibilidade de caixa, ampliará o desenvolvimento regional, promoverá inclusão social e financeira, assim como a utilização de recursos no próprio município, especialmente, daqueles municípios pequenos que não contam com bancos oficiais.

O PLP está aguardando deliberação na Comissão de Finanças e Tributação.

O Deputado Silas Brasileiro entregou 60 computadores para os municípios de Arinos, Nova União e Presidente Olegário

No dia 23 de dezembro de 2015, representantes de três municípios mineiros (Arinos, Nova União e Presidente Olegário) estiveram em Brasília para assinatura do termo de cessão e recebimento de 60 (sessenta) computadores que foram doados pela Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados, conquistados graças a indicação e o esforço do Deputado Silas Brasileiro.

O Vereador Fábio Valadares e Senhora Maria Joana Gontijo representando a APAE de Arinos, a Vereadora Zélia Queiroz representando a Câmara Municipal de Presidente Olegário e a Senhora Diva Santos Lima representando o Senhor Reginaldo Lima - Presidente do Diretório do PMDB de Nova União -, receberam com alegria os computadores doados - 20 (vinte) para cada município - que deverão ser repassados para entidades assistenciais de suas comunidades, garantindo cada vez mais acesso à informação e à

inclusão digital do povo mineiro.

"É muito importante esse gesto da Câmara. Os computadores doados são equipamentos bons, em ótimo estado de conservação, que poderão ser utilizados em cursos de informática e para uso administrativo. Lamentamos não termos atendido a todos os pedidos, especialmente, devido ao número limitado de doação para cada Parlamentar, mas, permaneceremos atentos a outras oportunidades", salientou Silas Brasileiro.



Café: Silas Brasileiro debate assunto de interesse das cooperativas com ministro Patrus Ananias

— Deputado solicitou ao ministro um aprofundamento dos estudos e debates a respeito da interpretação e da aplicação dos dispositivos relativos ao trabalho escravo

Na manhã do dia 2 de dezembro, o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, recebeu, em seu gabinete, o deputado federal Silas Brasileiro. O encontro, em Brasília (DF), ocorreu para tratar da Portaria Interministerial MTE/SEDH n.º 2/2015, de 31/03/2015, publicada no DOU de 1º/04/2015 — conhecida como lista suja do trabalho escravo — e da Instrução Normativa n.º 83 do INCRA, que estabelece as diretrizes básicas para as ações de obtenção de imóveis agrícolas para fins de assentamento de trabalhadores rurais.

O deputado Silas Brasileiro, que também é o presidente do Conselho Nacional do Café (CNC), solicitou ao ministro um aprofundamento dos estudos e debates a respeito da interpretação e da aplicação dos dispositivos que constam nas referidas Portaria e IN, no intuito de afastar toda e qualquer subjetividade que paira sobre a matéria.

Para o deputado Silas, os produtores rurais das cooperativas de café têm sentido os reflexos negativos da interpretação dúbia dos dispositivos da Portaria Interministerial e da IN. "Um cooperado só poderia ser inscrito na relação da lista suja, que é a denominação que se dá em relação ao trabalho análogo ao de escravo, após ter sido julgado nas instâncias competentes e considerado culpado. No entanto, isso tem ocorrido dentro do critério do fiscal, que, em muitos casos, é subjetivo e ideológico, e, assim, o produtor tem seu nome inscrito, comprometendo o seu crédito, o produto que cultiva, nesse caso o café, bem como a sua Cooperativa, antes do julgamento", explica.

O parlamentar comenta, ainda, que, atualmente, existem empresas que bancam algumas Organizações Não Governamentais (ONGs), que trabalham no sentido de comprometer o sistema Cooperativo de produção, enviando informações para o mercado consumidor externo. "Essas instituições emitem a comunicação de que em determinadas cooperativas existem, ainda que injusta e indevidamente, cooperados inscritos na lista suja, criando, dessa maneira, restrição ao fornecimento de café para o mercado consumidor", crítica Silas Brasileiro.



Segundo ele, a inscrição do produtor se faz de imediato, contudo, após julgar improcedente a notificação, leva-se um enorme tempo para retirar o agricultor da referida lista, sendo esta uma forma de especulação usada maldosamente, com nítidos interesses comerciais. "As pessoas que fazem esta manipulação e utilizam de normativos que já foram julgados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) esquecem que a cafeicultura, uma atividade que gera 8,4 milhões de empregos e movimenta a balança comercial com aproximadamente US\$ 7 bilhões em exportação, poderá sofrer prejuízos irreversíveis", alerta.

O deputado anota que o setor não é e nunca será contrário à penalização daqueles que mantêm empregados sob condições análogas às de escravidão, porém atesta que isso não é usual na produção de café no Brasil. "Revelamos ao ministro que nossa preocupação é com os procedimentos utilizados pela fiscalização dos órgãos federais. Ao procederem a inserção dos nomes dos produtores rurais na conhecida 'lista suja', parece-nos que são inadequados, subjetivos e fundamentados em dispositivos legais indevidos", concluiu Silas Brasileiro.

O ministro Patrus Ananias prometeu reavaliar a posição do MDA e dar uma resposta oficial ao deputado Silas Brasileiro, nos próximos dias, a respeito da inconstitucionalidade da IN n.º 83, a qual já foi manifesta pela AGU.

Recursos Liberados

Deputado Silas Brasileiro garantiu o pagamento de mais uma parcela das obras de pavimentação da Avenida Walter Pereira Nunes.



Foi autorizado o pagamento de mais uma parcela das obras de pavimentação da Avenida Walter Pereira Nunes, no valor de R\$ 167.550,00 (cento e sessenta e sete mil quinhentos e cinquenta reais), em favor do Município de Patrocínio, que se refere aos recursos extra orçamentários destinados pelo Deputado Silas Brasileiro, no ano de 2009, no valor total de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Com 1,4 km de extensão, essa obra trouxe melhorias significativas no trânsito da região, com

um novo acesso para os moradores dos Bairros Marciano Brandão, Santo Antônio, Matinha, Olímpio Nunes, Dona Diva e São Vicente.

Ao longo de toda a sua extensão, arborizada e iluminada, foram construídas pista de caminhada e rotatórias.

A Avenida, que recebeu o nome do médico Dr. Walter Pereira Nunes, uma das grandes personalidades da cidade de Patrocínio, foi inaugurada em maio de 2015.

"Para nós é um orgulho passar nesta avenida e ver, eternizado, o nome do Dr. Walter Pereira Nunes, a quem dedicamos todo o nosso respeito e admiração", comentou Silas Brasileiro.

Deputado Silas Brasileiro libera recursos para aquisição de uma patrulha mecanizada para Natalândia.



Após gestões do Deputado Silas Brasileiro, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA, foi autorizado o pagamento no valor de R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais), oriundos de recursos extra orçamentários destinados pelo Deputado, que têm como objeto a aquisição de uma patrulha mecanizada para o município de Natalândia.

O maquinário será utilizado na assistência às lavouras de subsistência, fortalecendo a agricultura familiar e dando suporte a comunidade que trabalha na zona rural.

O Deputado Silas Brasileiro ressaltou que "Os pequenos e médios produtores necessitam estar amparados durante o plantio e colheita de suas lavouras. Com o maquinário apropriado, o município vai poder ajudá-los melhorando a qualidade do seu trabalho e proporcionando o aumento da sua produção".

Liberada a última parcela da cobertura da quadra de esportes na Escola Municipal Grasiella Ferreira de Mello, em Carmo do Paranaíba.



Após gestões do Deputado Silas Brasileiro, junto ao Ministério dos Esportes, foi autorizado o pagamento da última parcela, no valor de R\$73.125,00 (setenta e três mil, cento e vinte e cinco reais), referente aos recursos destinados pelo Deputado através de Emenda ao Orçamento Geral da União de 2010, que tem como objeto a cobertura da quadra de esportes na Escola Municipal Grasiella Ferreira de Mello, em Carmo do Paranaíba, no valor total de R\$146.250,00 (cento e quarenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais).

O Deputado Silas Brasileiro comentou a ação, ressaltando que o alcance da proposta é importante, pois visa a trazer aprendizados de moralidade, cidadania, disciplina, educação, saúde e lazer".

Deputado Silas Brasileiro garante recurso para manutenção de estradas vicinais no município de Iraí de Minas.

Após gestões do Deputado Silas Brasileiro, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, foi autorizado o pagamento da primeira parcela no valor de R\$ 146.250,00 (cento e quarenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais), referente aos recursos extra orçamentários destinados pelo Deputado, que têm como objeto a adequação das Estradas Vicinais de acesso às Comunidades de São José do Barreiro e Chapadão dos Cocais, no município de Iraí de Minas, no valor total de R\$292.500 (duzentos e noventa e cinco mil reais).

O Deputado Silas Brasileiro ressaltou que "a recuperação das estradas vicinais é de suma importância, pois traz diversos benefícios como o transporte de alunos, escoamento da produção agrícola, proporcionando um tráfego de veículos mais rápido e seguro".



Deputado Silas Brasileiro promoveu na Câmara dos Deputados, debate sobre a fruticultura.

No último dia 8, o Deputado Silas Brasileiro presidiu a audiência pública que teve por objeto debater a importância do Projeto de Lei n.º 3.082/2015, de autoria do Deputado Evair de Melo (PV/ES), que dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Produção de Frutas in Natura e de Produção de Derivados.

A audiência Pública que foi realizada a pedido do Deputado Silas Brasileiro, conjuntamente pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Industria, Comércio e Serviços – CDEICS e Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR, contou com a participação de representantes do MAPA, EMPRAPA, CNA, Itaueira Agropecuária S.A, BRAPEX, ABRAFRUTAS, AGAPOMI e ABPM, especialistas no setor.

"O sucesso do evento foi extraordinário. A contribuição dos expositores foi fundamental para conhecermos a real situação da fruticultura brasileira e, sem dúvidas, para reunirmos os subsídios indispensáveis a elaboração de nosso voto." Comentou Silas, que é o relator do PL.

Aprovado Relatório do Deputado Silas Brasileiro que poderá garantir mais crédito e beneficiar milhares de micro e pequenos empresários de todo País.

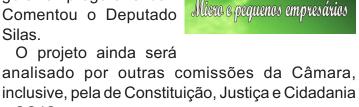
Por unanimidade - foi aprovado pelo Plenário da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços — CDEICS, o substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar n.º 123/2015, de relatoria do Deputado Silas Brasileiro.

A proposta do substitutivo, garante aos micro e pequenos empresários, e empreendedores individuais, acesso ao crédito, nos termos e condições do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO.

O texto original do PLP, criava uma linha de crédito com base no Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, porém, segundo o relator, a iniciativa de ampliar o montante anual de créditos concedidos ao segmento empreendedor deve ser objeto de um programa com regras específicas, criadas e desenvolvidas a partir das necessidades e das características inerentes à

atividade empresarial, tendo em conta as legislações trabalhistas, tributárias e o tratamento diferenciado previsto para o segmento, como é o caso do PNMPO.

"Esta proposta é extraordinária do ponto de vista econômico e poderá garantir aos nossos empreendedores melhores condições de vida e capacidade de gerar emprego e renda." Comentou o Deputado Silas.



Aumento de Crédito



Este Informativo é uma produção da assessoria de imprensa do Deputado Silas Brasileiro Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados - Gab.382 Anexo III - Cep:70.160-900 Fotografia: divulgação/gabinete

-CCJC.

